

**Regulamento do ISCTE -IUL sobre financiamento de atividades de investigação obtidas pela atividade docente e de orientação de teses e dissertações por parte dos docentes e investigadores no âmbito do ISCTE-IUL**

**Artigo 1.º**

**Âmbito**

O presente regulamento aplica -se a todos os docentes e investigadores do ISCTE -IUL que desempenhem atividades nas diversas vertentes do serviço docente prestadas no âmbito do ISCTE.

**Artigo 2.º**

**Tipos de atividades**

1 — A atividade docente considerada no presente regulamento pode ser objeto de financiamento, a atribuir à unidade de investigação a que o docente ou investigador pertence nos termos específicos a fixar anualmente pelo Conselho de Gestão.

2 – Para efeitos de aplicação do presente regulamento, são consideradas as seguintes atividades:

- a) - Atividades letivas e outras atividades análogas;
- b) - Realização de cursos não conferentes de grau;
- c) - A orientação de projeto que conduza à realização de dissertação de mestrado e de tese de doutoramento em cursos ministrados no ISCTE-IUL.

**Artigo 3.º**

**Prestação de serviço letivo**

1 — A referida atividade letiva pode ser objeto de financiamento a atribuir à unidade de investigação a que o docente ou investigador pertence desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos:

- a) A atividade letiva deve ser realizada no ISCTE-IUL;
- b) O financiamento apenas se aplica ao número de horas de aulas que excedam as nove horas semanais e em obediência aos limites referidos no número seguinte.
- c) A participação do docente ou investigador carece de autorização prévia do/a Reitor/a;
- d) O financiamento deve ser custeado pelo orçamento próprio do respetivo curso.

2 — Para os efeitos da prestação de serviço letivo tratado neste artigo, apenas serão financiadas até 20 horas de lecionação por curso.

3 — O valor do financiamento referido nos números anteriores a atribuir à unidade de investigação é gerido pelo respetivo docente ou investigador no âmbito das rubricas elegíveis nas suas atividades de pesquisa.

4 — Em alternativa à solução prevista no número anterior, o docente ou investigador poderá, se assim o permitirem as condições de serviço, ser dispensado do serviço de aulas correspondente ao número de horas em que tenha sido excedido o limite estabelecido na alínea b) do número 1. do presente artigo nos anos letivos seguintes.

#### Artigo 4.º

##### **Prestação de serviço letivo em cursos não conferentes de grau**

1 — O serviço letivo em cursos breves, cursos de especialização, cursos de verão/inverno, cursos de pós-graduação e outros não conferentes de grau, para além do período semanal de nove horas de aulas (contacto coletivo) prestado por docentes em regime de tempo integral, com exclusividade, no âmbito do ISCTE-IUL pode ser objeto de pagamento desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) O curso deve ser realizado no ISCTE-IUL;
- b) A participação do docente ou investigador carece de autorização prévia do/a Reitor/a;
- c) O financiamento deve ser custeado pelo orçamento próprio do respetivo curso.

2 — O pagamento pela participação nos cursos referidos no presente artigo apenas se aplica ao número de horas de aulas que excedam as nove horas semanais.

3 — Para os efeitos da prestação de serviço letivo tratado neste artigo, apenas serão pagas até 20 horas de lecionação por curso.

4 — Em obediência à legislação em vigor, os pagamentos dos docentes e investigadores em regime de tempo integral com exclusividade referidas no presente artigo são obrigatoriamente integradas no recibo de vencimento.

5 — O valor do pagamento referido no número anterior poderá, em alternativa, ser objeto de financiamento a atribuir à unidade de investigação e gerido pelo respetivo docente ou investigador no âmbito das rubricas elegíveis nas suas atividades de pesquisa.

#### Artigo 5.º

##### **Docentes e investigadores em regime de tempo integral sem exclusividade**

1 — Aos docentes e investigadores em tempo integral sem exclusividade não se aplicam os condicionalismos referidos no artigo 3.º do presente regulamento, devendo, em todas as situações, e sempre que detentores de um contrato de trabalho em funções públicas, solicitar previamente ao/à Reitor/a, ao abrigo dos artigos 21.º a 24.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, autorização para a sua participação nessas atividades.

2 — O pagamento pela participação nos cursos referidos no Artigo 4º apenas se aplica ao número de horas de aulas que excedam as nove horas semanais.

2 — A prestação de serviço docente na instituição pelos docentes em regime de tempo integral sem exclusividade, rege-se pelas determinações e limitações dispostas no artigo 68.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro (doravante ECDU).

#### Artigo 6.º

##### **Docentes em regime de tempo parcial**

Os docentes em regime de tempo parcial exercem as suas funções nos termos horários contratualmente fixados (artigo 69.º do ECDU), havendo lugar à percepção de remuneração pela participação em projetos de ensino e formação, sendo essa participação, se necessário, objeto de aditamento ao respetivo contrato.

#### Artigo 7.º

##### **Pressupostos**

1 — Para a contabilização das nove horas de carga de aulas semanal referidas nos artigos anteriores é considerada a majoração do serviço noturno prevista na legislação.

2 — O financiamento tratado nos artigos 3.º e 4.º referencia-se aos tempos letivos de contacto coletivo, embora a prestação de serviço inclua todas as responsabilidades inerentes ao ensino, nomeadamente, preparação de aulas, atendimento e avaliação dos estudantes.

3 — O número de cursos objeto de financiamento referidos no nº 2 do Artigo 3.º e no nº 3 do Artigo 4.º deste Regulamento não pode ultrapassar, cumulativamente, dois.

4 — O financiamento relativo a tempos letivos é apurado, após o registo dos sumários e dos resultados das avaliações finais, até ao final do ano letivo.

5 — À remuneração relativa à atividade referida nos números 3 do Artigo 3º e 4 do Artigo 4º há lugar a retenção pelo ISCTE -IUL de 5 % do valor apurado.

## Artigo 8.º

### Articulação ensino-investigação

1 — Com vista a incrementar a atividade de investigação, a orientação de projeto que conduza à realização de dissertação de mestrado em cursos ministrados no ISCTE -IUL é objeto de financiamento, a atribuir à unidade de investigação a que o docente ou investigador pertence, de acordo com os seguintes critérios:

- a) A dissertação tem de ser concluída com sucesso entre 3 e 16 meses após a primeira inscrição no 2.º ano;
- b) Até duas dissertações aplicam-se os tempos estipulados no Regulamento de Serviço dos Docentes, não havendo lugar a financiamento;
- c) De três a oito dissertações não se aplicam os tempos referidos na alínea anterior, desde que seja cumprido o prazo estipulado na alínea a), havendo nesse caso lugar a financiamento da unidade de investigação nos termos específicos a fixar pelo Conselho de Gestão;
- d) Acima de oito dissertações não há lugar a financiamento, sendo, contudo, consideradas para a avaliação do desempenho dos docentes;
- e) As orientações de dissertações ou projetos de mestrado cuja carga letiva está incluída no serviço docente não são objeto de financiamento.

2 — À orientação de projeto de investigação que conduza à elaboração de tese de doutoramento em cursos ministrados no ISCTE-IUL aplica-se também o financiamento desde que tenha sido concluída com sucesso até quatro anos após o registo/inscrição do tema de tese;

3 — O valor do financiamento referido nos números anteriores a atribuir à unidade de investigação é gerido pelo respetivo docente ou investigador no âmbito das rubricas elegíveis nas suas atividades de pesquisa;

4 — No caso de haver coorientações por docentes do ISCTE -IUL nas situações referidas nos números anteriores, o financiamento é repartido proporcionalmente;

5 — Aos docentes com contrato a tempo parcial que orientam dissertações ou teses concluídas com sucesso nos respetivos tempos não se aplicam os mínimos referidos no n.º 1, nem o financiamento para investigação, havendo lugar à respetiva remuneração até um máximo de 6 dissertações, desde que aquelas orientações não tenham sido consideradas no tempo contratualizado.

## Artigo 10.º

### **Disposições gerais**

1 — Os docentes em regime de tempo integral, com ou sem exclusividade, estão obrigados, nos termos legais, a solicitar prévia autorização ao/à Reitor/a, para o exercício de quaisquer outras funções públicas ou privadas, nomeadamente a realização de cursos breves e a participação em projetos ou outras atividades afins.

2 — Os docentes em regime de tempo parcial devem informar o/a Reitor/a.

3 — O pedido de autorização referido em 1. deve ser efetuado em formulário próprio (mod.urh\_.31.03\_pedido\_de\_colaboracao).

### *Artigo 12.º*

#### **Dúvidas e omissões**

As dúvidas e omissões suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão sanadas pelo Conselho de Gestão.

### *Artigo 13.º*

#### **Vigência do regulamento**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.